



PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL

PROCESSO N. 19.30.1340.0001000/2021-83
PREGÃO ELETRÔNICO – EDITAL N. 027/2022.
UASG N. 925892
Recebimento de propostas: a partir da data da divulgação do aviso no sítio: www.comprasnet.gov.br.
Abertura das propostas: às 10h (Dez horas), do dia 16/05/2022 (horário de Brasília).
Endereço eletrônico onde será realizada a sessão pública: www.comprasnet.gov.br
O ITEM 07 É DE AMPLA PARTICIPAÇÃO, OU SEJA, PODEM PARTICIPAR TANTO MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – ME/EPP QUANTO EMPRESAS DE MÉDIO E GRANDE PORTE. OS DEMAIS ÍTENS SÃO EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – ME/EPP.

1. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO N. 027/2022

1.1. A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Av. LO-04, Lt. 5/6, CEP. 77.006-218, Palmas – TO, torna público, para conhecimento dos interessados, que promoverá licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do **TIPO MENOR PREÇO POR ITEM** visando a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PRODUÇÃO CULTURAL e DESIGN/ÁUDIO, VÍDEO E FOTOS**, visando atender as demandas do **Centro de Estudos e Aperfeiçoamento funcional (CESAF-ESMP) do MP/TO**. A licitação será regida pela Lei n. 10.520, de 17/07/2002, Lei Complementar n. 123, de 14/12/2006 e subsidiariamente, pela Lei n. 8.666/93, bem como pelas cláusulas e condições constantes deste Edital e Anexos. Regulamentado pelo Ato PGJ n. 025/2016. Este Pregão será conduzido pelo Pregoeiro e respectiva Equipe de Apoio designados pela Portaria n. 225/2022 publicada no DOMP/TO n. 1.415 de 15 de março de 2022.

1.2. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

1.2.1. Termo de Referência – **Anexo I**;

1.2.2. Modelo Declaração a que se refere o art. 4º, XI, IN RFB n. 1.234 (somente para a empresa vencedora, quando esta for optante pelo SIMPLES) – **Anexo II**;

1.2.3. Modelo da Proposta de Preços – **Anexo III**;

1.2.4. Minuta do Contrato – **Anexo IV**;

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão consiste na **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PRODUÇÃO CULTURAL e DESIGN/ÁUDIO, VÍDEO E FOTOS**, visando atender as demandas do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme especificações constantes do Anexo I deste Edital.

2.2. É recomendada a leitura integral deste Edital e seus Anexos, uma vez que a sua inobservância, principalmente no que diz respeito à documentação exigida e à apresentação da proposta, poderá acarretar respectivamente a inabilitação e a desclassificação da licitante.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderá participar desta licitação qualquer empresa especializada no ramo, legalmente constituída, desde que satisfaça as exigências fixadas neste Edital e nos seus Anexos.

3.1.1. O **item 07** é de **ampla participação**, ou seja, podem participar tanto microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP quanto empresas de médio e grande porte. **Os demais itens são exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte – ME/EPP.**

3.1.2. Para que a empresa possa receber o tratamento diferenciado dirigido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar n. 123/06, a mesma deverá declarar-se como tal no ato do credenciamento em campo próprio do sistema.

3.2. O licitante, que deverá estar inscrito no sistema eletrônico “Comprasnet”, no site www.comprasnet.gov.br (o qual é de acesso livre – SICAFWEB), deverá providenciar o seu credenciamento dentro do serviço “Pregão Eletrônico”.

3.3. Não serão admitidas a esta licitação empresas sob forma de consórcio, empresas suspensas de contratar com esta Procuradoria-Geral de Justiça ou impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública, bem como as que estiverem em regime de falência ou recuperação judicial.

3.4. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão.

3.5. É vedada a participação de empresa que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até

o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, nos termos do art. 3º, inciso II, da Resolução n. 037/2009 do CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público, alterado pela Resolução n. 172/2017/CNMP.

3.6. Na forma do art. 9º, da Lei n. 8.666/93, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

a) o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

c) integrantes do Ministério Público do Estado do Tocantins.

3.7. O licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, nos termos do artigo 26, § 4º, do Decreto n. 10.024/2019.

3.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. As empresas interessadas em participar do certame deverão providenciar, previamente, o credenciamento perante a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, provedor do Sistema Eletrônico utilizado nesta licitação, no site www.comprasnet.gov.br.

4.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

4.3. O credenciamento do licitante dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A licitante deverá cadastrar no sistema Comprasnet a proposta de preços conforme os campos disponíveis no sistema e anexar os Documentos de Habilitação, a Proposta de Preços e a Documentação Técnica exigida neste Edital relativa à proposta, até a data e o horário marcados para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento desta documentação.

5.2. A não apresentação nesta fase, dos documentos exigidos no subitem 5.1 deste Edital ensejará a desclassificação da licitante, com exceção da documentação técnica exigida no edital relativa à proposta.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados neles constantes.

5.4. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.5. A proposta de preços não poderá conter alternativas, devendo no valor ofertado estar incluso todos os impostos, taxas, fretes, embalagens, seguro, custos da garantia e demais encargos. O descumprimento acarretará a desclassificação da empresa.

5.6. O licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras todas as informações inseridas no sistema.

5.7. Os preços propostos deverão conter até duas casas decimais, não sendo admitidos valores simbólicos, irrisórios ou iguais a zero, ensejando a desclassificação.

5.8. O CNPJ da proponente, empresa cadastrada no SICAF e habilitada na licitação, deverá ser o mesmo para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento.

5.9. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

5.10. No caso de divergência entre a especificação contida neste Edital e no sistema SIASG, prevalecerá a descrita neste Edital.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, no site www.comprasnet.gov.br.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (chat).

6.3. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

6.4.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhada em tempo real por todos os participantes.

6.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro.

6.5.1. Somente as propostas classificadas pelo pregoeiro participarão da etapa de envio de lances.

7. DO ENVIO DE LANCES

7.1. Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase de lances, quando então os licitantes poderão encaminhá-los, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

- 7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão pública e as regras estabelecidas neste Edital.
- 7.3. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo menor preço por item.
- 7.4. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.6. Será adotado para o envio de lances o modo aberto e fechado, em que a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.
- 7.6.1. Encerrado o prazo previsto no subitem 7.6, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 7.6.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem 7.6.1, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.6.3. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o subitem 7.6.2, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 7.6.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens 7.6.2 e 7.6.3 o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- 7.6.5. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos subitens 7.6.2 e 7.6.3, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no subitem 7.6.4.
- 7.6.6. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no subitem 7.6.5.
- 7.7. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.comprasnet.gov.br.
- 7.9. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, seguido da aplicação do critério estabelecido no § 2º do art. 3º da Lei n. 8.666, de 1993, se não houver licitante que atenda à primeira hipótese.
- 7.10. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos do subitem 7.9, caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva.
- 7.10.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 8.1. O Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contrapropostas, diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 8.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.2. A licitante melhor classificada deverá encaminhar por meio da funcionalidade “Enviar Anexo” no sistema [comprasnet](http://www.comprasnet.gov.br), no prazo de até 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro, a proposta adequada ao lance dado na sessão do Pregão e/ou ao valor negociado, conforme o caso.
- 8.2.1. Caso a licitante não tenha apresentado a documentação técnica exigida neste Edital relativa à proposta ou havendo a necessidade de complementação das informações apresentadas relativas à documentação técnica, deverá encaminhá-las juntamente à proposta adequada, nos termos do subitem anterior.
- 8.3. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor máximo aceitável estipulado pela PGJ/TO e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.
- 8.4. Somente serão aceitas propostas cujos preços sejam compatíveis com os praticados no mercado, devendo ser desclassificadas aquelas que apresentarem valores unitários e totais superiores aos estipulados no Termo de Referência – Anexo I, sendo aqueles considerados preço máximo pelo item a ser contratado pela Administração.
- 8.5. Sendo aceitável a proposta de menor valor, o Pregoeiro passará à fase de habilitação conforme item 9.
- 8.6. Na hipótese da proposta de menor preço não ser aceita ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, podendo negociar com a licitante, no sentido de se obter melhor proposta, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço por item e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do **SICAF (habilitação parcial) e dos demais documentos de habilitação especificados neste edital**.
- 9.1.1. Os licitantes que não atenderem às exigências de habilitação parcial no SICAF deverão apresentar documentos que supram tais exigências.
- 9.1.2. Os documentos de habilitação deverão ser encaminhados, concomitantemente com a proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.
- 9.2. A habilitação parcial do licitante será realizada mediante consulta “on-line” ao SICAF efetuada pelo Pregoeiro, a ser verificado os seguintes documentos e respectivas comprovações:
- 9.2.1. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:
- a) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa), para com a Fazenda Estadual e do domicílio ou da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

- b) Regularidade com a Seguridade Social (Certidão Negativa de Débito);
- c) Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade Fiscal do FGTS);
- d) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

9.2.2. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual, comprovando que a licitante exerce atividade pertinente;
- b) Ato constitutivo, estatuto, ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresariais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhada de documentos de eleição de seus administradores, comprovando que a licitante exerce atividade pertinente;
- b.1) Caso haja alteração contratual deverá ser apresentada a última modificação consolidada e/ou a cadeia de alteração até a que esteja em vigor.
- c) Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de Sociedades Cívis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e Ato de Registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

a) **Balanco Patrimonial do último exercício social, exigível e apresentado na forma da lei**, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

a.1) O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 31 da Lei n. 8.666/1993 é o estabelecido no art. 1.078 da Lei Federal n. 10.406/2002 (Lei do Código Civil) e art. 132 da Lei Federal n.º 6.404/1976, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a habilitação da licitante em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior.

a.2) Serão considerados na forma da lei o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis assim apresentados:

I) publicados em Diário Oficial; ou

II) publicados em jornal de grande circulação; ou

III) por cópia registrada no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante; ou

IV) por cópia extraída do Livro Diário – devidamente autenticado no órgão de registro público competente da sede ou domicílio da licitante - inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

V) por cópia extraída do Livro Diário, com o respectivo comprovante de entrega da Escrituração Contábil Digital ao SPED Contábil; ou

VI) outros meios permitidos pelas normas de regência.

a.3) Para as empresas criadas no exercício em curso, apresentar a fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrada ou autenticada na Junta Comercial do Estado da Sede ou Domicílio da licitante;

a.4) Somente serão habilitadas as licitantes que apresentarem no Balanço Patrimonial os Índices de Liquidez Geral – ILG, Solvência Geral – ISG e Liquidez Corrente – ILC superiores a 1 (um) ou que atendam a alínea “a.6” deste subitem.

O cálculo dos índices acima será feito em conformidade com as seguintes equações:

Liquidez Corrente (LC) = Ativo Circulante / Passivo Circulante

Liquidez Geral (LG) = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Solvência Geral (SG) = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

a.5) Comprovação de patrimônio líquido de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do valor estimado da contratação, conforme determina a Lei nº 8.666/93, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais;

a.6) As empresas que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices referidos acima, quando de suas habilitações, deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, na forma dos §§ 2º e 3º, do artigo 31, da Lei n.º 8.666/93, como exigência imprescindível para sua habilitação.

b) **Certidão Negativa de Falência e/ou Recuperação Judicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante**, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão.

b.1) Caso não conste o prazo de validade na respectiva certidão, será considerada válida pelo período de 1 (um) ano, contado da sua expedição.

9.2.4. Relativos à Qualificação Técnica:

a) **01 (um) Atestado de capacidade técnica ou certidão**, no mínimo, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da emitente, que comprove ter a licitante **fornecido equipamentos e materiais compatíveis em características com o objeto desta licitação**.

9.3. Além do contido nos subitens 9.2.1, 9.2.2, 9.2.3 e 9.2.4, exigir-se-á dos licitantes as seguintes declarações a serem feitas em campo próprio do sistema Comprasnet:

9.3.1. A declaração do cumprimento ao disposto no artigo 7º, Inc. XXXIII da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, a ser feita em campo específico no sistema;

9.3.2. A declaração sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, a ser feita em campo específico no sistema;

9.3.3. A Declaração de Elaboração Independente de Proposta, a ser feita em campo específico no sistema;

9.4. Nos casos de pendência cadastral no SICAF, tais como, documentação com prazo de validade expirado, documentação incompleta, nível de cadastramento sem o documento comprobatório anexado, documentação em desconformidade com o solicitado no Edital ou com o previsto na legislação aplicável no momento da habilitação, a licitante deverá encaminhar a referida documentação que atenda ao instrumento convocatório, por meio da funcionalidade “Enviar Anexo” no sistema comprasnet, no prazo de até 02 (duas) horas, contado da convocação efetuada pelo Pregoeiro.

9.4.1. Alternativamente, a licitante poderá promover a regularização da documentação no sistema SICAF, no prazo previsto no subitem 9.4, contado da convocação do anexo.

9.4.2. O prazo de regularização de que trata os subitens 9.4 e 9.4.1 se aplica tão somente aos documentos exigidos no subitem 9.2 que trata da habilitação parcial no SICAF.

9.5. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das licitantes, constituindo meio legal de prova.

9.6. O Pregoeiro fará a conferência do Relatório emitido pelo SICAF e do documento comprobatório anexado ao sistema, havendo divergência nos prazos de validade prevalecerá o fixado no documento comprobatório.

9.7. Toda a documentação deverá ser apresentada em nome da empresa licitante, ou seja, se matriz, documentos da matriz, se filial, documentos da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

9.8. A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, no caso de microempresas e empresas de pequeno porte, só será exigida para efeito de contratação, que se dará com a emissão da Nota de Empenho, mas toda documentação será exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista na fase de habilitação, mesmo que esta apresente restrição.

9.8.1. À microempresa ou empresa de pequeno porte que esteja com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da divulgação do resultado da fase de habilitação no chat do sistema comprasnet, prorrogáveis por igual período, a requerimento da interessada e a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.8.2. A não regularização no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais cabíveis, sendo facultado à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, na forma prevista pelo subitem 8.6.

9.8.3. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após o prazo de regularização de que trata o subitem 9.8.1.

9.9. Constatado o atendimento das exigências habilitatórias fixadas neste Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos, encaminhando-se, em seguida, os autos à autoridade competente para homologação.

9.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o licitante inabilitado, sendo convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções legais cabíveis.

9.11. Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, que mencionará todos os licitantes, a classificação dos lances, bem como as ocorrências que interessarem ao julgamento desta licitação.

9.12. Os documentos anexados no sistema poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada em cartório competente a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

9.12.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados para a Comissão Permanente de Licitação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, cujo endereço é: Quadra 202 Norte, Conj. 01, Av. LO-04, Lt. 5/6, CEP. 77.006-218. Palmas – TO.

10. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

10.1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar exclusivamente na forma eletrônica o presente instrumento convocatório, pelo e-mail: cpl@mpto.mp.br.

10.2. A solicitação de esclarecimento de dúvidas a respeito de condições do edital deverá ser efetuada pelos interessados até o 3º. (terceiro) dia útil que anteceder a data fixada para a abertura da sessão pública, podendo fazê-lo pela internet, através do e-mail: cpl@mpto.mp.br, ou através do telefone (63) 3216-7619.

10.3. Os pedidos de impugnações e esclarecimentos, bem como as respectivas respostas, serão divulgados no site www.comprasnet.gov.br.

11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente.

11.2. O sistema disponibilizará campo próprio para manifestar as intenções de recurso que ficará franqueada aos licitantes por um tempo mínimo de 20 (vinte) minutos.

11.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Comissão Permanente de Licitação, no endereço indicado no subitem 14.1 deste Edital.

11.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da Licitação ao licitante vencedor.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos oriundos do Tesouro Estadual, consignados no Orçamento da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme detalhamento abaixo:

- Unidade Orçamentária: 070100

- Programa de Trabalho: 03.091.1170.1082

- Fonte: 0500

- Natureza da Despesa: 3.3.90.30/4.4.90.52

13. DO VALOR ESTIMADO

13.1. Estima-se o valor total desta licitação em **R\$ 163.271,04 (Cento e sessenta e três mil, duzentos e setenta e um Reais e quatro centavos)** .

14. DO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES

14.1. Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos, deverá ser encaminhado, por escrito, ao Pregoeiro, por meio do e-mail cpl@mpto.mp.br ou fone: (63) 3216-7619.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1. É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.
- 15.2. Fica assegurado à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, mediante justificativa motivada, o direito de, a qualquer tempo, e no interesse da Administração, revogar a presente licitação no todo ou em parte, nos termos do art. 49 da Lei n. 8.666/93.
- 15.3. As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 15.4. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto ora licitado, sem expressa anuência da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.
- 15.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.
- 15.6. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentação relativa ao presente Pregão.
- 15.7. A abertura da sessão no sítio Comprasnet da presente licitação poderá ser adiada ou transferida para outra data, mediante prévio aviso.
- 15.8. No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 15.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as interessadas, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.10. Qualquer modificação no Edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.
- 15.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará afastamento da licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 15.12. Exigências formais não essenciais são aquelas cujo descumprimento não acarrete irregularidade no procedimento, em termos processuais, bem como, não importem em vantagem a um ou mais licitantes em detrimento das demais.
- 15.13. A Administração poderá, até a assinatura do Contrato ou recebimento da Nota de Empenho, inabilitar licitante, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se vier a ter conhecimento de fato ou circunstância anterior ou posterior ao julgamento da licitação que desabone a habilitação jurídica, as qualificações técnica e econômico-financeira e a regularidade fiscal da licitante. Neste caso, o Pregoeiro convocará as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.
- 15.14. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 15.15. Se a documentação de habilitação não estiver de acordo com as exigências editalícias ou contrariar qualquer de seus dispositivos e Anexos, o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada, em qualquer fase do processo.
- 15.16. É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia, mediante o pagamento dos emolumentos devidos, conforme art. 63 da Lei n. 8.666/1993.
- 15.17. **O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento funcional (CESAF-ESMP) será responsável pela fiscalização do(s) contrato(s) oriundo(s) desta licitação.**
- 15.18. A apresentação da proposta de preços implica a aceitação plena e total das condições deste Pregão, sujeitando-se a licitante às sanções cabíveis.
- 15.19. Todos os atos inerentes ao presente processo obedecerão às regras concernentes ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI da Contratante, conforme as disposições do Ato n. 120/2019, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público n. 873, de 06 de novembro de 2019.
- 15.20. A celebração do Termo de Contrato deverá ocorrer por intermédio de assinatura digital.
- 15.21. O licitante deverá efetuar o cadastro no SEI, acessando o link https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_avisar_cadastro&id_orgao_acesso_externo=0.
- 15.22. A Licitante vencedora deverá realizar em até 03 (três) dias úteis, contados da solicitação enviada pela PGJ/TO, o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- 15.23. Após a confirmação do cadastro, a licitante vencedora deverá realizar a assinatura eletrônica em até 05 (cinco) dias úteis, contados da disponibilização do documento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI.
- 15.24. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.
- 15.25. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, é competente o foro de Palmas – TO, com exclusão de qualquer outro.

RICARDO AZEVEDO ROCHA

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. O presente termo de referência tem por objetivo a aquisição direta através de Pregão Eletrônico, de materiais para PRODUÇÃO CULTURAL e DESIGN/ÁUDIO, VÍDEO E FOTOS, para atendimento das necessidades do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento funcional (CESAF-ESMP) do MP/TO.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. Justifica-se a contratação devido à necessidade de atualizar sistema de vídeos, produção do laboratório de Mídias visando realizar as gravações e transmissão das sessões dos órgãos colegiados da Instituição e dos eventos promovidos pelo CESAF-ESMP.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1. A contratação objeto deste Termo de Referência tem amparo na Lei Federal n. 8.666/93 e na Lei n. 10.520/2002.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADE

4.1. A(s) proponente(s) adjudicada(s) se obrigará(o) a entregar os materiais de acordo com as especificações definidas na proposta, respeitando o estabelecido no Edital e no Termo de Referência.

4.2. Os itens objeto deste Termo de Referência deverão atender às exigências mínimas de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos Órgãos competentes de controle de qualidade industrial – ABNT, INMETRO, etc., atentando-se a contratada, principalmente, para as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

4.3. A PROPOSTA DEVERÁ CONTER OBRIGATORIAMENTE CATÁLOGOS, FOLDERS, OU SIMILARES QUE ATSTEM AS CARACTERÍSTICAS EXIGIDAS.

4.4. As especificações, quantidades e valores médios estimados estão descritos abaixo:

ITEM	QTD	UN	ESPECIFICAÇÃO	VALOR MÉDIO(R\$)	VALOR MÉDIO(R\$)
				Unitário	Total
1	3	UN	APRESENTADOR MULTIMÍDIA WIRELESS - APRESENTADOR MULTIMÍDIA WIRELESS COM BOTÕES INTERNOS DE APRESENTAÇÃO DE SLIDES, ALCANCE EFICAZ DE QUINZE METROS COM TECNOLOGIA SEM FIO DE 2,4 GHZ, APONTADOR A LASER VERMELHO COM INDICADOR DE LED, PLUG-AND-PLAY, RECEPTOR ARMAZENÁVEL, ESTOJO PARA TRANSPORTE E COM BOTÃO DE LIGAR/DESLIGAR.	170,35	511,05
2	2	UN	BATERIA DE CÂMERA DSLR, CAPACIDADE NOMINAL: 1120 MAH, TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0-40° C. DIMENSÕES: 37,1 MM X 15,4 MM X 55,2 MM.- BATERIA DE CÂMERA DSLR, DE ÍONS DE LÍTIU RECARREGÁVEL, TENSÃO NOMINAL: 7,2 V CC, CAPACIDADE NOMINAL: 1120 MAH, TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0-40° C. DIMENSÕES: 37,1 MM X 15,4 MM X 55,2 MM. COMPATIBILIDADE: EOS REBEL T6I, REFERÊNCIA/MODELO IGUAL OU SUPERIOR: LP- 10.	243,43	486,86
3	8	UN	CABO BALANCEADO PARA MICROFONE COM 10 M - CABO BALANCEADO PARA MICROFONE, XLR MACHO / XLR FÊMEA BALANCEADO COM 10 METROS DE COMPRIMENTO.	55,23	441,84
4	5	UN	CABO HDMI, EMBALAGEM COM 15 METROS - CABO MULTIMÍDIA DE ALTA DEFINIÇÃO HDMI TO HDMI 19 PIN MACHO; COM SUPORTE A SINAIS DE RESOLUÇÃO: 480i, 480P, 720P, 1080i E 1080P; COMPRIMENTO DE 15 METROS. TERMINAIS DOURADOS, O QUE PROPORCIONA MELHOR CONDUTIBILIDADE ELÉTRICA E CONSEQUENTEMENTE MELHOR QUALIDADE NO SINAL.	79,22	396,10
5	5	UN	CAIXA ACÚSTICA PASSIVA 60 W (PAR) - PAR DE CAIXAS ACÚSTICAS PASSIVA 60 W, GABINETE SELADO INJETADO EM ABS DE ALTA DENSIDADE, GRADE PROTETORA ACUSTICAMENTE FABRICADA EM ALUMÍNIO E PINTURA EPÓXI, CONFECCIONADO EM ABS, CARÇAÇA DO WOOFER INJETADA EM ABS DE ALTA RIGIDEZ, SISTEMA MAGNÉTICO OTIMIZADO POR COMPUTADOR (FEA), TWEETER DOTADO DE DIAFRAGMA DE MYLAR E SISTEMA MAGNÉTICO COM IMÃ DE FERRITE, CONE INJETADO EM POLIPROPILENO, TIPO SELADA, 2 WAY WOOFERS MÍNIMO 26 MM, TWEETER MÍNIMO 26 MM, IMPEDÂNCIA NOMINAL (OHMS) 8. DIMENSÕES APROXIMADAS: 20 X 40 X 20 (L X A X P). ACOMPANHA SUPORTE DE PAREDE.	296,17	1.480,85
6	15	UN	CARTÃO DE MEMÓRIA SDXC 64 GB CLASSE 10 - CARTÃO DE MEMÓRIA SDXC CAPACIDADE DE MEMÓRIA DE 64 GB, CLASSE 10, VELOCIDADE DE LEITURA 30 MB/S OU MAIS. GARANTIA DE 12 MESES. ACEITA-SE MICRO SD SOMENTE SE CONTER ADAPTADOR. USO EM CÂMERAS FOTOGRÁFICAS E FILMADORA	246,10	3.691,50
7	5	UN	FILMADORA MODELO SIMILAR A SONY PXW-Z90 ou PXW-Z150. CONEXÕES DE SAÍDA HDMI, SDI; IMAGEM SENSOR 1 – CHIP 1" CMOS. RESOLUÇÃO DO SENSOR 20 MP; RESOLUÇÃO EFETIVA DO SENSOR 14.2 MP; GANHO -3 TO 33 DB; FAIXA DE EQUILÍBRIO DE BRANCO 2300 TO 15.000K; LENTES COMPRIMENTO FOCAL 9.3 TO 111.6MM; COMPRIMENTO FOCAL EQUIVALENTE DE 35MM 29 A 348 MM; MAX DIGITAL ZOOM 48X; ABERTURA MÁXIMA F/2.8 TO 4.5; TAMANHO DO FILTRO 62 MM; TAXA DE ZOOM ÓTICO 12X; CÂMERA FILTRO ND INTEGRADO; RODA DE FILTRO MECÂNICO COM 2 PARADAS (1/4), 4 PARADAS (1/16), 6 PARADAS (1/64) FILTROS ND MÍDIA DE GRAVAÇÃO 2 X SLOTS DE CARTÃO SD. GRAVAÇÃO COMPATIBILIDADE DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NTSC, PAL; FORMATO DE GRAVAÇÃO (VÍDEO)XAVC-L: 1920 X 1080I AT 50/59.94 FPS (25 TO 50 MB/S). 1920 X 1080P AT 23.98/25/29.97/50/59.94 FPS (35 TO 50 MB/S) 1280 X 720P AT 50/59.94 FPS (50 MB/S). MPEG2 4:2:2: 1920 X 1080P AT 23.98/25/29.97 FPS (50 MB/S) 1280 X 720P AT 23.98/25/29.97/50/59.94 FPS (50 MB/S) AVCHD: 1920 X 1080P AT 23.98/25/29.97/50/59.94 FPS (24 TO 28 MB/S). INTERFACES CONECTORES DE VÍDEO 1 X SAÍDA BNC (3G-SDI) 1 X SAÍDA HDMI; CONECTORES DE ÁUDIO 2 X 3-PIN XLR MIC LEVEL INPUT 1 X 1/8" (3.5 MM). STEREO INPUT INTERFACES WIRELESS; WI-FI. VIEWFINDER ELETRÔNICO. TIPO DE EXIBIÇÃO V.E. OLED. TAMANHO DA TELA: 39". RESOLUÇÃO V.E 1.440,000 DOTS. CONSUMO DE ENERGIA DE ATÉ 5.8 W. CONDIÇÕES AMBIENTAIS. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO 0 TO 40°C. TEMPERATURA DE ARMAZENAMENTO -20 A 60°C. DIMENSÕES APROXIMADAS 120.7 X 103.5 X 274.3 MM. PESO DE APROXIMADAMENTE 1.4 KG.	20.205,00	101.025,00
8	6	UN	ILUMINADOR PARA ESTÚDIO LED-1000C COM CONTROLE REMOTO E ENCAIXE BATERIA V-MOUNT; TEMPERATURA DE COR: 3300-5600K ± 300 K; POTÊNCIA/LUMENS: 4400 LUX (1M/4200K); ALCANCE DO CONTROLE REMOTO: 20MTS; QUANTIDADE DE LEDS: 1024 PEÇAS TOTAL; BATERIA DE LÍTIU: 14,8 V BATERIA DE LÍTIU (NÃO INCLUSA); AJUSTE DOS CANAIS SENDO 16 NO TOTAL E 6 GRUPOS; INTENSIDADE VARIA DE 10% A 100%. DIMERIZÁVEL.	2.666,01	15.996,06
9	4	UN	KIT DE ILUMINAÇÃO SOFTBOX 50 X 70 CM, 495 W, 110 V. ITENS INCLUSOS: 2 SOFTBOX (HAZE) 50 X 70 CM; 1 SOFT STAR LIGHT 40 X 40 CM; 3 TRIPÉS DE ILUMINAÇÃO DE 2 METROS; 1 HASTE PARA GIRAFINHA; 2 SOQUETES E27 PARA 4 LÂMPADAS; 8 LÂMPADAS (CADA UMA TEM 45 W, 5400 K – 500 K, 50 HZ), NÃO É BIVOLT; 1 LÂMPADA (135 W, 5400 K – 500 K, 50 HZ), NÃO É BIVOLT; 1 BOLSA NYLON. MARCA/MODELO DE REFERÊNCIA: PK-SB03 GREIKA	1.234,47	4.937,88
10	1	UN	MESA DE SOM 12 CANAIS (BIVOLT)- MESA DE SOM 12 CANAIS MONO DE ENTRADA (XLR/P10), EFEITOS 24BIT/40KHZ COM DIVERSOS TIPOS DE REVERBS E DELAYS, SENSIBILIDADE: -60 DBM (XLR) E -40 DBM (P10), GANHO MIC: ATÉ 60DB, GANHO LINHA: ATÉ 20 DB, RESPOSTA: 20HZ A 20KHZ (±3DB), AUX E EFX SEND. CONTROLE DE PAN, GANHO, EQ E VOLUME POR CANAL PRE FADER LEVEL POR CANAL (PFL). LED DE CLIP POR CANAL. MOSTRADOR LED DE 8 SEGMENTOS. ENTRADA E SAÍDA RCA (TAPE). SAÍDA MASTER BALANCEADA XLR, SAÍDA PARA FONE DE OUVIDO COM 220OHMS. USB IN (MP3 PLAYER) INTEGRADO. EQUALIZADOR 3 BANDAS: ±15DB (80HZ, 2,5KHZ E 12KHZ). CMRR: -70DB, SNR>80DB. THD<0.03% (1KHZ). CONSUMO DE ENERGIA: 30W. ALIMENTAÇÃO: 110 A 220V (BIVOLT)	1.657,32	1.657,32

11	5	UN	<p>MICROFONE DE LAPELA SEM FIO DIGITAL INTEGRADO. POSSUI UMA CONSTRUÇÃO EM METAL, DISPLAYS LCD, UMA AMPLA LARGURA DE BANDA DE RF SELECIONÁVEL, CARGA E ALIMENTAÇÃO POR USB, VARREDURA DE CANAL AUTOMÁTICA, SINCRONIZAÇÃO ENTRE TRANSMISSOR E RECEPTOR POR INFRAVERMELHO, ENTRADA SELECIONÁVEL MIC/LINHA NO TRANSMISSOR BODYPACK, UM RECEPTOR DE DIVERSIDADE REAL, SINTONIA COM SÍNTESE PLL, UMA SAÍDA DE HEADPHONE NO RECEPTOR, CONTROLES DE GANHO DE SAÍDA NO RECEPTOR. TIPO DE RECEPTOR MONTÁVEL EM CÂMERA, COM DIVERSIDADE DE ESPAÇO, COM SINTETIZADOR PLL CONTROLADO POR CRISTAL. TIPO DE RECEPÇÃO DIVERSIDADE REAL.</p> <p>TIPO DE ANTENA FIO COM 1/4 DE COMPRIMENTO DE ONDA. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 23 A 18.000 HZ (TÍPICA). RELAÇÃO SINAL-RUÍDO 96 DB (DESVIO MÁXIMO, PONDERADA EM A).</p> <p>DISTORÇÃO 0,9% OU MENOS (-60 DBV, COM ENTRADA DE 1 KHZ). DELAY DE ÁUDIO APROXIMADAMENTE 0,35 MILISSEGUNDO. TIPO DE SAÍDAS MINI-JACK DE 3,5 MM (1/8"), NÃO BALANCEADO. MONITORAMENTO POR HEADPHONE NÃO BALANCEADO COM NÍVEL VARIÁVEL. MONITOR LCD. REQUISITOS DE ALIMENTAÇÃO 3 V DC (COM DUAS BATERIAS ALCALINAS TAMANHO AA, LR6). 5 V DC (POR USB, MICRO-B). TIPO DE BATERIA/TEMPO DE DURAÇÃO MÍNIMO DE 6 HORAS COM BATERIAS ALCALINAS TAMANHO AA DA SONY (LR6) A 77° F (25° C).</p> <p>TEMPERATURA OPERACIONAL 32 A 122° F (0 A 50° C). OPÇÕES DE MONTAGEM MONTÁVEL EM CÂMERA/CINTO/PEDESTAL DE MICROFONE. DIMENSÕES 2,5 X 3,25 X 0,94 POLEGADAS (63 X 82 X 23,8 MM). PESO APROX. 176 G. BATERIAS INCLUIDAS. ANTENA FIO COM 1/4 DE COMPRIMENTO DE ONDA. EMISSÃO F3E. ALIMENTAÇÃO RF 30 MW/5 MW. TIPO DE CONECTOR DE ENTRADA MINICONECTOR DE MICROFONE DE 3 POLOS COM TRAVA (3,5 MM), MIC/LINHA SELECIONÁVEL. CABEÇAS DE MICROFONE INTERCAMBIÁVEIS COMPATÍVEL COM QUALQUER MICROFONE COM CONEXÃO MINI (3,5 MM). NÍVEL DO SINAL DE REFERÊNCIA MIC: -60 DBV (COM 0-DB DE NÍVEL DE ATENUAÇÃO). LINHA: +4 DBU. FAIXA DE AJUSTE MIC: 0 A 21 DB (EM PASSOS DE 3 DB). RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 23 A 18.000 HZ (TÍPICA). RELAÇÃO SINAL-RUÍDO 96 DB (DESVIO MÁXIMO, PONDERADA EM A). MODELO DE REFERÊNCIA: SONY UWP-D11.</p>	1.639,29	8.196,45
12	2	UN	<p>PLACA DE CAPTURA DE VÍDEO STREAMING - A PLACA DEVE ATENDER AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES, INTERFACE USB PARA CONEXÃO COM O COMPUTADOR, SUPORTAR ENTRADA DE VÍDEO POR USB: HDMI, ENTRADA DE ÁUDIO:</p> <p>HDMI, SAÍDA DE VÍDEO DE 3,5 MM : SAÍDA HDMI; POSSUIR SAÍDA DE ÁUDIO, PASSAGEM HDMI, PASSAGEM ESTÉREO DE 3,5 MM; SUPORTAR RESOLUÇÃO DE CAPTURA, DE NO MÍNIMO 1080P30; SUPORTAR RESOLUÇÕES DE ENTRADA DE: 1080P, 1080i, 720P, 576P, 576i, 480P, 480i; SUPORTAR O FORMATO DE CODIFICAÇÃO: MP4 (CODECS: HARDWARE CODIFICADOR H.264 E AAC); SUPORTAR SUB-AMOSTRAGEM CHROMA PARA ENTRADA: YUV 4: 4: 4; SUPORTAR A PASSAGEM: YUV 4: 2: 2; SUPORTAR CAPTURA: YUV 4: 2: 0; SUPORTAR OS FORMATOS DE ÁUDIO DE ENTRADA, HDMI, PCM 3.5 MM; SUPORTAR CAPTURA DE ÁUDIO ESTÉREO FORMATOS: AAC ESTÉREO; POSSUIR INTERFACE FÍSICA PARA O USUÁRIO COM BOTÃO ON-BOARD PARA GRAVAÇÃO POR UM CLIQUE, INDICADOR LED DE TRANSMISSÃO PARA STATUS DE TRABALHO; DAR SUPORTE AOS SISTEMAS OPERACIONAIS: WINDOWS 10 (32/64 BITS), WINDOWS 8 (32/64 BITS), WINDOWS 7 (32/64 BITS), MAC OS 10.7 E LINUX</p>	1.831,80	3.663,60
13	1	UN	<p>PLACA DE SOM COM TECNOLOGIA DE ÁUDIO: CORE 3D DE SOM. FAIXA DINÂMICA (DNR): 122DB. PLATAFORMA: PCIE. DIMENSÕES: 145 X 20 X 128 MM. INTERFACE / POTÊNCIA: DE BARRAMENTO PCIE. -/+ 5V PARA ILUMINAÇÃO AURORA (REQUER CONECTOR PERIFÉRICO MOLEX DE 4 PINOS DA FONTE DE ALIMENTAÇÃO DO PC). OPÇÕES DE CONECTIVIDADE (PRINCIPAL). 1 SAÍDA ÓTICA TOSLINK. ENTRADA DE MIC DE 1 X 1/8"(3,5 MM). ENTRADA DE FONE DE OUVIDO / FONE DE OUVIDO 1 X 1/8" (3,5 MM). 1 SAÍDA FRONTAL DE 1/8". 1 X 1 / 8" REAR OUT. 1 X 1/8" CENTER / SUB OUT. AMP FONE DE OUVIDO: IMPEDÂNCIA DE FONE DE OUVIDO SUPOSTADA: 16 - 600 Ω. TECNOLOGIAS DE ÁUDIO: CRYSTALVOICE. SISTEMAS OPERACIONAIS SUPOSTADOS: WINDOWS 7, WINDOWS 8, WINDOWS 8.1, WINDOWS 10. REQUISITOS DO SISTEMA: PROCESSADOR INTEL CORE I3 OU EQUIVALENTE AO DA AMD. PLACA-MÃE INTEL, AMD OU 100% COMPATÍVEL.</p> <p>MICROSOFT WINDOWS 10 32/64 BITS, 8.1 / 8.0 32/64 BITS, WINDOWS 7 32/64 BITS. 1 GB DE RAM. 600 MB DE ESPAÇO LIVRE NO DISCO RÍGIDO. SLOT PCIE DISPONÍVEL. SIMILAR A OU DE QUALIDADE SUPERIOR CREATIVE LABS SOUND BLASTERX AE 5 70SB17400000.</p>	1.510,76	1.510,76
14	1	UN	<p>SISTEMA DE MICROFONE COMPOSTO POR DOIS MICROFONES DE ALTO DESEMPENHO. RECEPTOR UHF 2 ANTENAS. SINAL COM ALCANCE MÍNIMO DE 20 METROS. TECNOLOGIA HIGH DEFINITION ÁUDIO PERFORMANCE. INDICADORES LED DE STATUS PARA OS CANAIS 1 E 2, SINALIZANDO ON/ OFF, FORÇA DO SINAL E CLIP DE ÁUDIO. FREQUÊNCIA DE ÁUDIO: 40 TO 20000 HZ. SINAL DE RUÍDO: MÍNIMO 95 DB-A; THD A 1 KHZ. 3 CANAIS SIMULTÂNEOS. SELEÇÃO DE FREQUÊNCIA: FIXA. MODULAÇÃO FM; ANTENA FIXA. ALIMENTAÇÃO: PILHAS AA. MEDIDAS APROXIMADA. 43 X 133 X 132 MM (A X L X P). INTERRUPTOR ON/OFF/MUTE. TELA DE ARAME RESISTENTE PARA A PROTEÇÃO DO CARDIOIDE.</p>	1.212,53	1.212,53
15	1	UN	<p>TRIPÉ PARA CÂMERA/FILMADORA, DE FIBRA DE CARBONO. CABEÇA DE 3 MOVIMENTOS. SUPORTA ATÉ 4 KG. KIT INCLUI UM TRIPÉ E UM QUICK-RELEASE CABEÇA 3-WAY. UTILIZA TUBOS DE CARBONO. COM 3 SEÇÕES DE PERNAS. MINIMIZA A VIBRAÇÃO PARA AS LENTES ZOOM. TENSÃO AJUSTÁVEL. FECHADURAS DE PERNA DE ALUMÍNIO DURÁVEL QUE PODEM SER AJUSTÁVEIS. CONFIGURAÇÕES DE ÂNGULO DAS PERNAS DE DUAS POSIÇÕES. COLUNA CENTRAL RÁPIDA QUE AUMENTA A FLEXIBILIDADE E AUMENTA A FAIXA DE ALTURA MIN-MAX. CABEÇA 3-WAY (COM PRATO DE CÂMERA DE LIBERAÇÃO RÁPIDA) COM CONTROLES INDEPENDENTES PARA CADA UM DOS TRÊS EIXOS DE MOVIMENTO E ROTAÇÃO. A CABEÇA É INTERCAMBIÁVEL E REMOVÍVEL. CAPACIDADE DE CARGA APROX. 7KG. ENCAIXE DE CONEXÃO DE CABEÇA: 3/8 DE POLEGADA. ALTURA MÁXIMA APROX: 175CM. ALTURA MÁXIMA SEM A COLUNA ESTENDIDA: 150CM. ALTURA MÍNIMA APROX 51CM. PESO APROX: 2,5KG.</p>	1.225,00	1.225,00
16	5	UN	<p>TRIPÉ PARA FILMADORA. SIMILAR A TRIPE BENRO KH-25N. COM CABEÇA HIDRÁULICA, EM ALUMÍNIO, ALTURA MÍNIMA: 74 CM E MÁXIMA: 1,56 METROS; ALTURA MÁXIMA COM A CABEÇA ELEVADA (TOTAL): 1,56 METROS (NÃO TEM ELEVADO DE CABEÇA). DIÂMETRO TOTAL DE UMA PERNA A OUTRA ABERTA, EM POSIÇÃO DE USO NA ALTURA MÍNIMA: 45CM; DIÂMETRO TOTAL DE UMA PERNA A OUTRA ABERTA EM POSIÇÃO DE USO NA ALTURA MÁXIMA: 104CM; PESO SUPORTADO PELO TRIPE: 5 QUILOS</p>	640,12	3.200,60
17	1	UN	<p>VARA PARA BOOM PROFISSIONAL EM ALUMÍNIO LEVE E RESISTENTE, COM EXTENSÃO AJUSTÁVEL DE 5 SEÇÕES ENTRE 85CM ATÉ 3,3 METROS, PARA UTILIZAÇÃO NA GRAVAÇÃO E CAPTAÇÃO DE ÁUDIO COM MICROFONES E GRAVADORES</p>	2.405,62	2.405,62
18	1	UN	<p>ESTABILIZADOR DE IMAGEM ELETRÔNICO QUE SUPORTA CÂMERAS DSLR E MIRRORLESS ATÉ 4,54 KG ; TEM CONTROLE DE CÂMERA RÁPIDO VIA BOTÕES DE APERTO DE MÃO; COM TELA DE LED, PLACA DE LIBERAÇÃO RÁPIDA PARA MONTAGEM RÁPIDA DA CÂMERA; MÁXIMO DE 18 HORAS DE DURAÇÃO COM BATERIAS; BLUETOOTH INTEGRADO; 03 BATERIAS 18650 LITHIUM-ION; PESO APROXIMADO: 1,25 KG; ITENS INCLUIDOS: 01 GIMBAL; 01 MINI TRIPÉ; 03 BATERIAS 18650 LITHIUM-ION; 01 CARREGADOR; 01 CABO MICRO-USB; 01 CABO MICRO PARA MINI-USB; 01 CABO PARA CARREGAMENTO E CONTROLE; 01 ALÇA DE OMBRO; 01 ESTOJO; 01 FITA DE ADERÊNCIA. SIMILAR OU EQUIVALENTE AO MODELO ZHIYUN CRANE 2, GARANTIA MÍNIMA DE 12 MESES</p>	5.499,66	5.499,66
19	2	UN	<p>FONE DE OUVIDO PARA MONITORAMENTO DE ESTÚDIO E CAPTAÇÃO DE ÁUDIO - ENCAIXE DA OBJETIVA COMPATÍVEL COM A BAIONETA (LENS MOUNT) NIKON F; DISTÂNCIA FOCAL FIXA DE 50MM (NORMAL); TIPO D (D-TYPE)/TECNOLOGIA D: COM ANEL DE AJUSTE MANUAL DE ABERTURA (ÍRIS), COM ESCALA DE F/1.4 A F/16 (INCREMENTOS DE 1 STOP); ANEL DE AJUSTE MANUAL DE FOCO; PROJETADA PARA O FORMATO NIKON FX/35MM ANALÓGICO (FULL FRAME); COMPATÍVEL COM OS PADRÕES NIKON FX/35MM E DX; COMPOSTA POR 7 ELEMENTOS EM 6 GRUPOS; DIAFRAGMA COM 7 LÂMINAS; ABERTURA MÁXIMA: F/1.4; ABERTURA MÍNIMA: F/16; ÂNGULO DE VISUALIZAÇÃO MÁXIMO: 46° (FX/35MM), 31° 30' (DX); AUTOFOCO, COM POSSIBILIDADE DE FOCO MANUAL; ACEITA FILTROS TAMANHO 52MM</p>	1.444,80	2.889,60
20	1	UN	<p>MICROFONE UNIDIRECIONAL / BOOM - CONDENSADOR; PADRÃO POLAR: SUPER CARDIOIDE; RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 20HZ A 20KHZ SELECIONÁVEL HPF @ 80HZ/12DB OITAVA; SENSIBILIDADE: -36.0DB RE 1 VOLT / PASCAL (15.00MV @ 94 DB SPL) + / - 2 DB @1KHZ; SINAL-RUÍDO: 76DB (1KHZ REL, 1PA POR IEC651, IEC268-15); NÍVEL MÁXIMO DE ENTRADA DE SOM: 131DB SPL (@ 1KHZ, 1% THD EM 1K DE CARGA); REQUISITOS DE ALIMENTAÇÃO: +48 V PHANTOM, 44V A 52V; IMPEDÂNCIA DE SAÍDA: 250; CONECTORES DE SAÍDA: 3-PIN XLR BALANCEADA; SAÍDA: XLR</p>	2.473,42	2.473,42
21	2	UN	<p>BATERIA DE CÂMERA DSLR - BATERIA RECARREGÁVEL DE LI-ION EN-EL 15B ORIGINAL, CARACTERÍSTICAS GERAIS: - LITHIUM ION; - BATTERY PACK; - 7.2V / 1230MAH / 8.9WH; - CÂMERAS COMPATÍVEIS: NIKON D500, D600, D610, D800, D810, D810A, D800E, D750, D850, D7000, D7100, D7200, D7500, Z 6, Z 7; - GARANTIA: DO FABRICANTE</p>	184,67	369,34

5. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS

- 5.1.** O prazo de entrega do objeto deverá ser de, no máximo, **20(vinte) dias úteis**, contados da data de assinatura do Contrato ou do recebimento da Nota de Empenho quando esta substituir o contrato.
- 5.2.** O local de entrega será no Almoxarifado, localizado no Anexo I da Procuradoria-geral de Justiça do Tocantins (PGJ/TO), situado na Quadra 202 Norte, Rua NE 13, n.º 0, Conj. 2, Lote 4, Plano Diretor Norte, Palmas-TO.
- 5.3.** A responsabilidade pelo recebimento e conferência dos equipamento e materiais ficará a cargo de servidor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento funcional - CESAF, designado pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

- 6.1.** A empresa deverá, obrigatoriamente, **entregar os materiais em sua totalidade**, não sendo admitido objeto incompleto ou parcelado, sob pena das sanções legais cabíveis.
- 6.2.** Os materiais deverão ser novos, embalados de forma adequada, respeitando as especificações contidas neste Termo de Referência, sem defeitos ou avarias, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.
- 6.3.** As marcas dos materiais entregues deverão, obrigatoriamente, serem as mesmas indicadas na proposta e na nota de empenho.
- 6.3.1.** Deverá constar na nota fiscal, além da descrição do material, a marca conforme a proposta e nota de empenho.
- 6.3.2.** Eventuais materiais com marcas divergentes deverão ser substituídos nos termos do subitem 6.5.
- 6.4.** O aceite do objeto pelo Almoxarifado da PGJ/TO não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualidade ou técnicos, aparentes ou ocultos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, e verificadas posteriormente.
- 6.5.** Após recebidos, os equipamentos, materiais serão conferidos por servidor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento funcional - CESAF. Se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir eventuais produtos(s) entregue(s) que esteja(m) em desacordo com as especificações deste Edital e seus Anexos, e respectiva proposta, ou não aprovados pela Procuradoria-Geral de Justiça, em parecer devidamente fundamentado, ou que apresente vício de qualidade
- 6.6.** Em caso de substituição do objeto, conforme previsto no **subitem anterior**, correrão à conta do fornecedor as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega do objeto.

7. DO PRAZO DE VALIDADE DOS EQUIPAMENTO E MATERIAIS

- 7.1.** Garantia de 12 meses a contar do atesto da nota fiscal

8. DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

- 8.1.** A empresa vencedora deverá garantir a qualidade do(s) objeto(s) licitado(s) comprometendo-se a substituí-lo(s), caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeitos de fabricação durante a vigência do prazo de garantia.
- 8.2.** A empresa vencedora para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas neste termo de referência.
- 8.3.** Efetuar a entrega dos equipamentos de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste termo de referência e seus anexos.
- 8.4.** No ato da entrega a empresa vencedora deverá ter um preposto que responda pela mesma, para acompanhar a conferência dos equipamentos nos quesitos quantidades e integridade.
- 8.5.** Sendo de sua responsabilidade pelo transporte apropriado dos equipamentos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação desta licitação.
- 8.6.** Entregar o objeto adjudicado conforme estabelecido no Termo de Referência, acompanhado da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado.
- 8.7.** Responsabilizar-se com exclusividade por todas as despesas relativas à retirada e entrega do(s) objeto(s) substituídos após a entrega e durante a vigência do prazo de garantia.
- 8.8.** Responsabilizar-se pelas manutenções corretivas dos equipamentos que apresentarem defeitos durante a vigência da garantia, conforme os prazos e formas exigidos no Termo de Referência específicos para cada item, sem que traga quaisquer prejuízos à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.
- 8.8.1.** A vigência da garantia será contada a partir da data do atesto da Nota Fiscal.
- 8.9.** Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega do objeto.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 9.1** Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa desempenhar os compromissos assumidos neste Contrato, bem como, pagar pelo objeto contratado.

10 – DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 10.1 – O fornecedor dará garantia aos equipamentos constantes no subitem 4.4 do Termo de Referência**, com assistência técnica in loco, ou seja, em Palmas, sendo que o **prazo de garantia será de no mínimo 01 (um) ano**, tendo seu início na data de recebimento definitivo.
- 10.2 – A garantia inclui a recuperação ou substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergência nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a CONTRATADA.**
- 10.3 – Os serviços de manutenção efetuados durante o período de garantia deverão ser executados pelo fabricante ou por empresa(s) reconhecida(s) e**

autorizada(s) pelo fabricante, com reposição do equipamento em até 30(trinta) dias.

10.4 – Caso, durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a CONTRATANTE comunicará o fato, por escrito, ao fornecedor, acordando o prazo para correção dos defeitos.

10.5 – O fornecedor deverá indicar uma ou várias empresas com sede no Brasil, com representação reconhecida e autorizada pelo fabricante e capacitadas a prestar serviços de assistência técnica durante o período de garantia e após este.

10.6 – Na assinatura do contrato a CONTRATADA firmará uma declaração de compromisso e condições para a assistência técnica e garantia técnica dos equipamento.

11 – DO PAGAMENTO

11.1 - O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias corridos, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, a contar da data em que foi atestada definitivamente a NF/FATURA, que deverá ser apresentada em duas vias, tendo o servidor designado, 05 (cinco) dias para conferi-la e atestá-la, devendo conter na mesma o número do empenho, da conta-corrente e da agência bancária, para que possa ser emitida a Ordem Bancária de Pagamento.

12. INFORMAÇÕES AOS LICITANTES

12.1. Os licitantes poderão contactar a Comissão Permanente de Licitação através do telefone 3216.7619, e-mail cpl@mpto.mp.br, ou o CESAF através do telefone 3216.7676, e-mail cesaf@mpto.mp.br, para dirimir dúvidas ou prestar esclarecimentos necessários quanto aos produtos a serem fornecidos, bem como demais informações pertinentes.

ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO A QUE SE REFERE O ART. 4º, XI, IN RFB n. 1.234

(somente para a empresa vencedora)

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ n..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – preenche os seguintes requisitos:

a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

II – o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n. 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n. 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data.....

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

À PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

PREGÃO ELETRÔNICO N. ___/2022.

ABERTURA DA SESSÃO NO COMPRASNET: ___/___/2022.

HORÁRIO: ___:___ HORAS.

Proposta que faz a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____ e inscrição estadual n. _____, estabelecida no(a) _____, para atendimento do objeto destinado à **Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins**, em conformidade com o Edital do PREGÃO ELETRÔNICO n. ___/2022.

Para tanto, oferecemos a essa Instituição o preço para o(s) item(ns) a seguir indicado(s), observadas as exigências e especificações de que tratam o **ANEXO I – Termo de Referência** as quais serão atendidas e executadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALORUNITÁRIO ESTIMADO(R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
------	---------------	-------	-----	-----------------------------	---------------------------

1					
2					

A validade da presente proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, observado o disposto no art. 6º da Lei n. 10.520/02.

Prazo de garantia do objeto: conforme Termo de Referência – Anexo I do Edital.

Informamos, por oportuno, que no preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos para o perfeito fornecimento do objeto, inclusive os encargos da legislação social trabalhista, previdenciária, englobando tudo o que for necessário para a execução total e completa do objeto licitado, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Os dados da nossa empresa são os seguintes:

- a) Razão Social: _____
b) CNPJ n.: _____ Insc. Estadual n.: _____
c) Endereço: _____
d) Fone: _____ E-mail: _____
e) Banco: _____ Agência n.: _____ Conta n.: _____

Os dados para cadastro no **Sistema Eletrônico de Informações – SEI** e assinatura da ARP e/ou contrato são os seguintes:

- a) Nome do Representante legal: _____
b) E-mail (**para login no Sistema SEI**): _____
c) CPF n.: _____
d) Documento de Identidade n.: _____ Órgão emissor: _____
e) Nacionalidade: _____ Estado Civil: _____
f) Cargo: _____ Fone: _____
g) Endereço: _____

Declaramos, para todos os fins, que a execução do objeto se dará de acordo com especificações definidas nesta proposta e respeitando o estabelecido em Edital e seus Anexos.

(OBS.: Acrescentar demais exigências para efeito de proposta, atendendo as solicitações em Edital).

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo
(representante legal)

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO n. ____/____ CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA _____.

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO-4, Plano Diretor Norte, CEP 77.006-218 em Palmas/TO, inscrita no CNPJ n. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo _____ (cargo), _____ (nome), nomeado pelo Ato – _____ de ____ de _____ de _____, publicado no Diário Oficial _____ de ____ de _____ de _____, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa _____, inscrita no C.N.P.J. n. _____, representada neste ato por _____, inscrito no CPF n. _____ e RG n. _____ SSP-____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **Contrato**, de acordo com a Lei n. 8.666/93 e suas alterações, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PRODUÇÃO CULTURAL e DESIGN/ÁUDIO, VÍDEO E FOTOS**, destinados ao atendimento das necessidades do **Centro de Estudos e Aperfeiçoamento funcional (CESAF-ESMP) do MP/TO**.

Parágrafo Primeiro – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte integrante do presente Contrato, independentemente de sua transcrição, a Proposta de Preços da Contratada, o Edital do Pregão Eletrônico n. ____/2022 e seus Anexos, e demais elementos constantes do Processo Administrativo n. 19.30.1340.0001000/2021-83.

Parágrafo Segundo – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto se dará conforme o estabelecido no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LICITAÇÃO

A execução do objeto, consubstanciada no presente contrato, foi objeto de licitação, de acordo com o disposto na Lei n. 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93, sob a forma de Pregão Eletrônico, Processo Licitatório n. 19.30.1340.0001000/2021-83, ao qual se vincula este contrato, além de submeter-se aos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DO OBJETO

A entrega dos produtos deverá ser feita no prazo máximo de 20 (trinta) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pelo fornecedor e deferido pela Procuradoria-Geral de Justiça.

Parágrafo Único – O prazo de entrega somente poderá ser prorrogado nas condições do § 1º, do art. 57 da Lei n. 8.666/93, desde que justificado por escrito e previamente autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça (§ 2º, art. 57, Lei n. 8.666/93).

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE, no decorrer da execução do presente Contrato, obriga-se a:

a) acompanhar o fornecimento, as quantidades, as especificações e as qualidades dos objetos, de acordo com as condições e prazos estabelecidos, bem como pagar pela aquisição dos bens adquiridos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA, no decorrer da execução do presente Contrato, obriga-se a:

a) Entregar os objetos em conformidade com o estabelecido no Edital em referência, livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

b) A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido, apresentem defeito de fabricação e/ou tenham especificações diferentes das propostas, exceto se superiores.

c) A contratada para a execução do objeto estará obrigada a satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital e Contrato.

d) Efetuar a entrega dos produtos de acordo com a especificação e demais condições estipuladas no edital, na nota de empenho e no contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DO VALOR

A CONTRATANTE pagará à **CONTRATADA**, pela execução do objeto o **valor total de R\$ _____** (_____), conforme a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTD	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO(R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO(R\$)
1					
2					

Parágrafo Primeiro – O valor do objeto contratado é fixo e irrevogável.

Parágrafo Segundo – Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do objeto contratado na ocorrência de fato superveniente que implique inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

É concedido um prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante esta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, será efetuado o depósito diretamente na conta-corrente da Contratada, no prazo de até 20 (vinte) dias corridos, contados da data do atesto de conformidade da Nota Fiscal.

Parágrafo Primeiro – O pagamento ficará condicionado à verificação da situação da regularidade fiscal da CONTRATADA perante o SIAFE-TO, o Sistema de Seguridade Social (INSS) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Parágrafo Segundo – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, se assim requerido pela Contratada, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, com base no IPCA/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo, calculados mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira, assim apurado: $I = (IPCA/100)/365$.

Parágrafo Terceiro – Por eventuais atrasos injustificados no pagamento devido à Contratada, esta fará jus a juros moratórios de 0,01667% ao dia, alcançando-se 6% (seis por cento) ao ano (Lei Federal n. 10.406/02, artigo 406).

Parágrafo Quarto – O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento funcional (CESAF-ESMP) é o responsável pela fiscalização do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa resultante deste contrato correrá à conta de dotação orçamentária consignada no Programa de Trabalho: _____, Natureza da Despesa: _____, Fonte: _____, Unidade Gestora: _____.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE

A fiscalização pela CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos (art. 70 da Lei n. 8.666/93).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

A inexecução total ou parcial deste contrato por parte da **CONTRATADA** assegurará à **CONTRATANTE** o direito de rescisão nos termos do artigo 77 da Lei n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como nos casos citados no artigo 78 da mesma lei, garantida a prévia defesa, sempre mediante notificação por escrito.

Parágrafo Primeiro – A rescisão também se submeterá ao regime previsto no artigo 79, seus incisos e parágrafos, da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e, ao disposto em Edital.

Parágrafo Segundo – A rescisão unilateral dar-se-á mediante comunicação da Contratante e independerá de aviso, notificação ou interpelação judicial.

Parágrafo Terceiro – A rescisão amigável dar-se-á mediante acordo das partes, desde que seja conveniente para a Contratante.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo a rescisão contratual, a Contratante não indenizará a Contratada, salvo pelo objeto já executado até o momento da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Cadastramento de Fornecedor Estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Único – Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins poderá, garantindo ao Fornecedor Registrado o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e os recursos cabíveis, aplicar, sem prejuízo de outras sanções previstas no Edital, neste Contrato e demais legislações aplicáveis à espécie e sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, as seguintes sanções abaixo discriminadas:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, a contar da data da Notificação do Fiscal do Contrato (via internet, fax, correio ou outro) até cessar a inadimplência, pelo atraso injustificado na execução do contrato, calculada sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 10% (dez por cento) pela não execução do objeto contratado, calculada sobre o valor do contrato, sem prejuízos das demais cominações legais;

IV) multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, a contar da data da Notificação do Fiscal do Contrato (via internet, fax, correio ou outro) até cessar a inadimplência, pelo descumprimento de qualquer cláusula contratual ou obrigação prevista no Edital, na ARP e/ou Contrato, e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento;

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal n. 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para execução do objeto ora contratado;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis;

XII) as sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) o valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito;

XV) a multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente;

XVI) as sanções aqui previstas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal n. 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações;

XVII) a aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo próprio de averiguação de possível inexecução contratual, que assegurará o contraditório e a ampla defesa e os recursos cabíveis, observando-se o que é previsto na Lei n. 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei n. 9.784, de 1999;

XVIII) a(s) Autoridade(s) Competente(s), na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado os princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da dosimetria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência de 180 dias a partir da data da sua assinatura , nos termos do art. 57, *caput*, da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste Contrato, por meio de extrato, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, será providenciada pela Contratante até o 5º dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

É competente o foro de Palmas, Capital do Estado do Tocantins, para dirimir quaisquer questões fundadas neste Contrato.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, firmam este Contrato, para que surta seus efeitos legais, por meio de assinatura eletrônica, utilizando-se do Sistema Eletrônico de Informações - SEI.

Palmas-TO, aos ___ de _____ de _____.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

(Nome do Representante)

(Cargo do Representante)

PELA CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Azevedo Rocha**, **Presidente da Comissão Permanente de Licitação**, em 28/04/2022, às 17:26, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0144441** e o código CRC **2478B784**.